



EUNÁPOLIS-BA

PREFEITURAMUNICIPALDEEUNÁPOLIS-BAHIA

Agente de Autoridade de Trânsito

EDITAL Nº 001/2024

**CÓD: OP-132ST-24
7908403562954**

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto	1
2. Elementos da comunicação e as funções de linguagem	1
3. Análise semântica = valor que a palavra adquire no contexto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	2
4. Fatores de textualidade	3
5. Elementos da estrutura narrativa	4
6. Gêneros e tipos textuais	4
7. Elementos da estrutura argumentativa	6
8. Coesão e coerência textual	7
9. Descrição objetiva e subjetiva	8
10. Linguagem denotativa e conotativa	9
11. Figuras e vícios de linguagem	10
12. Variantes linguísticas	15
13. Linguagem oral e linguagem escrita; Formal e informal; Gíria	16
14. Acentuação = acento agudo, circunflexo e grave; Regras de acentuação	17
15. Função da linguagem e níveis de linguagem	17
16. Sílabas = separação silábica, classificação das palavras quanto ao número de sílaba e sílaba tônica	17
17. Encontro vocálico, encontro consonantal e dígrafo	18
18. Ocorrência da crase	18
19. Pontuação = Empregar corretamente: ponto final, ponto e vírgula, ponto de exclamação, ponto de interrogação, dois pontos, reticências, aspas, parênteses, colchete e vírgula	19
20. Ortografia (novo acordo ortográfico)	19
21. Classes de palavras: substantivos = tipos de substantivos, flexão dos substantivos em gênero, número e grau; Artigos = definidos e indefinidos; Adjetivos = classificação dos adjetivos, flexão dos adjetivos, adjetivos pátrios e locução adjetiva; Verbos = Flexões do verbo: modo, tempo e número, regulares, irregulares, auxiliares, abundantes e defectivos, forma verbal, vozes do verbo, tipos de verbo; Pronomes = pessoais do caso reto, oblíquo e de tratamento, indefinido, possessivo, demonstrativo, interrogativo, relativo; Numerais = flexão dos numerais e emprego; Preposições; Conjunções; Interjeições; Advérbios	21
22. Frases: tipos de frase	26
23. oração; período simples e composto por coordenação e subordinação; Termos da oração = sujeito (tipos de sujeito) e predicado (tipos de predicado); Complementos verbais e complementos nominais; Aposto; Vocativo; Adjunto adnominal e adjunto adverbial	27
24. Concordância nominal e verbal	31
25. Regência nominal e verbal	33
26. Colocação pronominal	34
27. Estrutura e formação das palavras	35
28. Funções das palavras que e se	36

Conhecimentos Específicos

1. Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito.....	1
2. Atribuições e responsabilidades do Agente de Trânsito	5
3. Princípios fundamentais da Constituição da República (artigo 1º ao 4º da CF/88) e suas alterações posteriores	9
4. Da organização Político - Administrativa (artigos 18 e 19 de CF/88) e suas alterações posteriores	10
5. Dos Municípios (artigo 29 a 31 da CF/88) e suas alterações posteriores.....	11
6. Da Segurança Pública (artigo 144) e suas alterações posteriores.....	14
7. Noções de Direitos Humanos e Cidadania Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos sociais; Direitos Políticos (artigo 5º a 16 da CF/88) e suas alterações posteriores.....	14
8. Lei Federal n.º 8.069/90 e suas alterações posteriores - Estatuto da Criança e do Adolescente; Das medidas de Proteção (art. 98 a 101) e suas alterações posteriores; Da prática de ato infracional (art. 103 a 109) e suas alterações posteriores; Das Garantias Processuais (art. 110 a 111) e suas alterações posteriores; Das Medidas sócioeducativas (art. 112 a 128) e suas alterações posteriores; Dos Crimes e das Infrações Administrativas (art. 225 a 258) e suas alterações posteriores.....	24
9. Código de trânsito brasileiro e suas alterações posteriores; Composição e competência do sistema nacional de trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Crimes de trânsito; Pedestre e condutores de veículos não motorizados; Do cidadão; Educação para trânsito; sinalização de trânsito; Engenharia de tráfego; Da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito; Dos veículos: disposições gerais, segurança dos veículos, identificação dos veículos, veículos de circulação internacional, registro de veículos, licenciamento, condução de escolares; Habilitação; Infração; Penalidades; Medidas administrativas; Processos administrativos: autuação, julgamento das autuações e penalidades; Crimes de trânsito: disposições gerais, crimes em espécie; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.....	31
10. Portaria do DENATRAN	82
11. Noções de primeiros socorros	82

Conhecimentos Específicos - Informática

1. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software, instalação de periféricos.....	1
2. Conhecimentos básicos de operação com arquivos em ambientes Windows (Versões 7 em diante) e Linux; Conceitos de gerenciamento de arquivos: copiar, colar, criar diretórios e mover; Utilização do Windows Explorer.....	4
3. Conhecimentos básicos de editor de texto: criação, formatação e impressão (Office 2007 em diante, BrOffice).....	12
4. Conhecimentos básicos em planilhas eletrônicas: criação, formatação e organização de planilhas eletrônicas (Office 2007 em diante, BrOffice).....	43
5. Banco de dados access (Office 2007 em diante, BrOffice).....	64
6. Conhecimentos básicos em criação de apresentação de slides, edição (Office 2007 em diante, BrOffice).....	103
7. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware)	129
8. Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet; Programas de navegação: Mozilla Firefox, Microsoft Edge e Google Chrome. Conhecimentos básicos de internet (Pesquisas, sites e redes sociais) e gerenciador de e-mails.....	132
9. Sítios de busca e pesquisa na Internet.....	148
10. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	151
11. Procedimentos de backup	153
12. Conhecimentos básicos em rede de computadores	154
13. Programa de correio eletrônico (Outlook versões atuais)	289

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO E AS FUNÇÕES DE LINGUAGEM

— **Comunicação – Elementos da comunicação, emissor e receptor**

Para que uma comunicação aconteça, são necessários seis elementos: O emissor, o receptor, a mensagem, o canal, o contexto e o código.

Em todo ato comunicativo, há um emissor, é ele o responsável por elaborar o texto. O emissor é quem comunica, solicita, expressa seu sentimento, desejo, opinião, enfim, é quem produz a mensagem (escrita, falada ou não verbal).

Se há alguém que elabora, é necessário também alguém para receber tal mensagem. Todo texto é destinado a um público específico, chamado de receptor.

O que está sendo transmitido e recebido? Uma mensagem, que consiste no próprio texto (verbal ou não) que se transmite.

Essa mensagem é transmitida por um canal, isto é, o canal é responsável por veicular a mensagem. São exemplos de canal os suportes que difundem inúmeros gêneros textuais, como: rádio, TV, Internet, jornal, dentre outros.

A mensagem está relacionada a um contexto, também chamado de referente. O contexto ou referente pode ser entendido como o assunto a que a mensagem se refere, ou seja, tudo aquilo que está relacionado a ela.

Por fim, essa mensagem precisa ser expressa por um código, constituído por elementos e regras comuns tanto ao emissor quanto ao receptor. O código usado para redigir esta mensagem é a língua portuguesa. Assim, quando falamos ou escrevemos, usamos o código verbal e, quando usamos a arte, a imaginação e a criatividade, é comum o uso do código não verbal (pintura, gestos etc.).



– Emissor: Chamado também de locutor ou falante, o emissor é aquele que emite a mensagem para um ou mais receptores, por exemplo, uma pessoa, um grupo de indivíduos, uma empresa, dentre outros.

– Receptor: Denominado de interlocutor ou ouvinte, o receptor é quem recebe a mensagem emitida pelo emissor.

– Mensagem: É o objeto utilizado na comunicação, de forma que representa o conteúdo, o conjunto de informações transmitidas pelo locutor.

– Código: Representa o conjunto de signos que serão utilizados na mensagem.

– Canal de comunicação: Corresponde ao local (meio) onde a mensagem será transmitida, por exemplo, jornal, livro, revista, televisão, telefone, dentre outros.

– Contexto: Também chamado de referente, trata-se da situação comunicativa em que estão inseridos o emissor e receptor.

– Ruído da comunicação: Ele ocorre quando a mensagem não é decodificada de forma correta pelo interlocutor, por exemplo, o código utilizado pelo locutor, desconhecido pelo interlocutor, barulho do local, voz baixa, dentre outros fatores.

A comunicação somente será efetivada se o receptor decodificar a mensagem transmitida pelo emissor.

Em outras palavras, a comunicação ocorre a partir do momento que o interlocutor atinge o entendimento da mensagem transmitida.

Nesse caso, podemos pensar em duas pessoas de países diferentes e que não conhecem a língua utilizada por elas (russo e mandarim).

Sendo assim, o código utilizado por elas é desconhecido e, portanto, a mensagem não será inteligível para ambas, impossibilitando o processo comunicacional.

Funções da Linguagem

Os elementos presentes na comunicação estão intimamente relacionados com as funções da linguagem. Elas determinam o objetivo e/ou finalidade dos atos comunicativos, sendo classificadas em:

– Função Referencial: Fundamentada no “contexto da comunicação”, a função referencial objetiva informar, referenciar sobre algo.

– Função Emotiva: Relacionada com o “emissor da mensagem”, a linguagem emotiva, apresentada em primeira pessoa, objetiva transmitir emoções, sentimentos.

– Função Poética: Associada à “mensagem da comunicação”, a linguagem poética objetiva preocupa-se com a escolha das palavras para transmitir emoções, por exemplo, na linguagem literária.

– Função Fática: Relacionada com o “contato da comunicação”, uma vez que a função fática objetiva estabelecer ou interromper a comunicação.

– Função Conativa: Relacionada com o “receptor da comunicação”, a linguagem conativa, apresentada em segunda ou terceira pessoa objetiva sobretudo, persuadir o locutor.

– Função Metalinguística: Relacionada ao “código da comunicação”, uma vez que a função metalinguística objetiva explicar o código (linguagem), através dele mesmo.

ANÁLISE SEMÂNTICA = VALOR QUE A PALAVRA ADQUIRE NO CONTEXTO, SINÔNIMOS, ANTÔNIMOS, PARÔNIMOS E HOMÔNIMOS

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade.

Exemplo: *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade.

Exemplo: *forte* <—> *fraco*

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Exemplo: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

Exemplo: *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes.

Exemplo: *cem* (numeral) X *sem* (falta); *conserto* (arrumar) X *concerto* (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes.

Exemplo: *colher* (talher) X *colher* (verbo); *acerto* (substantivo) X *acerto* (verbo).

Polissemia e monosssemia

As palavras **polissemicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase.

Exemplo: *cabeça* (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas que apresentam apenas um significado.

Exemplo: *eneágono* (polígono de nove ângulos).

Denotação e conotação

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal.

Exemplo: *Está fazendo frio.* / *Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado.

Exemplo: *Você me olha com frieza.* / *Pé da cadeira.*

Hiperonímia e hiponímia

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente.

Exemplo: *Fruta é hiperônimo de limão.*

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo.

Exemplo: *Limão é hipônimo de fruta.*

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado.

Exemplo: *loiro* – *louro* / *enfarte* – *infarto* / *gatinhar* – *engatinhar*.

Arcaísmo

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente.

Exemplo: *botica* <—> *farmácia* / *franquia* <—> *sinceridade*.

FATORES DE TEXTUALIDADE

Os fatores de textualidade são os critérios que definem um conjunto de palavras como um texto, distinguindo-o de uma sequência aleatória de frases. Esses fatores são fundamentais para garantir a compreensão e coesão de um texto, permitindo que ele comunique uma mensagem clara e coesa.

Coesão

A coesão se refere à maneira como as partes do texto estão conectadas entre si por meio de elementos linguísticos. É garantida pelo uso adequado de conectores, pronomes, conjunções e outros recursos que permitem a ligação entre palavras, frases e parágrafos. A coesão faz com que as ideias fluam logicamente, evitando a sensação de fragmentação.

Exemplos de recursos de coesão:

- Conectores: “portanto”, “além disso”, “no entanto”, “por outro lado”.
- Pronomes: Uso de pronomes para evitar repetições (ex.: “João comprou um carro. Ele gostou muito dele.”).
- Substituições e elipses: Omissão de palavras que podem ser inferidas pelo contexto.

Coerência

A coerência diz respeito à organização lógica das ideias no texto. Ela garante que as informações apresentadas façam sentido em conjunto, ou seja, que sigam uma progressão e não se contradigam. Um texto coerente é compreensível, pois apresenta ideias que se relacionam e seguem uma sequência adequada.

Exemplos de coerência:

- Um texto com início, desenvolvimento e conclusão.
- A organização das ideias em ordem cronológica ou causal.
- Não haver contradição nas informações ou argumentos.

Intencionalidade

A intencionalidade refere-se à intenção do autor ao produzir o texto. Todo texto é criado com um propósito — informar, convencer, entreter, instruir — e essa intenção precisa ser clara. A intencionalidade orienta a escolha das palavras e a forma como o conteúdo é apresentado para atingir o objetivo pretendido.

Exemplos de intencionalidade:

- Uma propaganda tem a intenção de persuadir o leitor a comprar um produto.
- Um artigo científico tem a intenção de informar e compartilhar descobertas de maneira clara e objetiva.

Aceitabilidade

A aceitabilidade envolve a expectativa do leitor em relação ao texto. Um texto é aceitável quando atende às expectativas de quem o lê, seja em termos de conteúdo, forma ou propósito. Para isso, o texto precisa ser relevante e apresentar informações que correspondam ao contexto de leitura.

Exemplos de aceitabilidade:

- Um leitor espera que um manual de instruções seja claro e direto.
- Um leitor de um romance espera um desenvolvimento criativo da narrativa, com personagens e eventos bem construídos.

Situacionalidade

A situacionalidade refere-se à adequação do texto ao contexto em que ele é produzido e lido. Um texto precisa estar relacionado ao seu contexto de produção e ao ambiente de leitura para que faça sentido. Esse fator considera o tempo, o lugar, os interlocutores e o propósito de comunicação.

Exemplos de situacionalidade:

- Um discurso político durante uma campanha eleitoral é adequado à situação, enquanto um discurso similar em outro contexto pode ser inadequado.
- Um e-mail profissional deve respeitar a formalidade do ambiente de trabalho, ao contrário de uma mensagem informal para amigos.

Informatividade

A informatividade refere-se à quantidade e à qualidade das informações novas ou úteis contidas no texto. Um texto deve ser informativo, ou seja, trazer algo novo ou significativo para o leitor, mas sem ser excessivamente complexo ou simplista. Esse fator influencia a capacidade do texto de despertar o interesse do leitor.

Exemplos de informatividade:

- Um artigo de jornal que apresenta fatos recentes e relevantes ao leitor.
- Uma notícia que traz informações novas em relação a um evento já conhecido, agregando detalhes inéditos.

Intertextualidade

A intertextualidade diz respeito à relação de um texto com outros textos. Todos os textos, de certa forma, dialogam com outros, seja explicitamente, por meio de referências diretas, ou implicitamente, por meio de alusões, citações ou influências. A intertextualidade enriquece o texto, criando uma rede de significados compartilhados com outros textos.

Exemplos de intertextualidade:

- Um artigo acadêmico que cita outros autores para fundamentar suas ideias.
- Um filme que faz referência a obras literárias clássicas, utilizando elementos de enredo ou personagens.

Esses fatores de textualidade ajudam a definir o que é um texto e asseguram que ele cumpra sua função comunicativa de maneira eficiente. Para que um texto seja bem-sucedido, todos esses fatores devem estar em harmonia, garantindo clareza, coesão e relevância para o leitor e o contexto em que o texto é produzido.

GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;

- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ELEMENTOS DA ESTRUTURA NARRATIVA

A estrutura narrativa de um texto é composta por diversos elementos que, em conjunto, constroem a trama, os personagens, o ambiente e os acontecimentos da história. Esses elementos são fundamentais para que a narrativa tenha coerência, fluidez e desperte o interesse do leitor.

Enredo

O enredo é o conjunto de eventos e ações que formam a narrativa. É a sequência de acontecimentos que movem a história do início ao fim, organizados de maneira a criar interesse e tensão no leitor. O enredo pode ser simples ou complexo, linear ou não linear, e geralmente segue uma estrutura básica de introdução, desenvolvimento, clímax e desfecho.

Fases do enredo:

- Introdução (ou exposição): Apresenta os personagens, o cenário e a situação inicial da narrativa.
- Desenvolvimento (ou complicação): Ocorrem os conflitos, os obstáculos que os personagens enfrentam e o desenrolar das ações.
- Clímax: Ponto de maior tensão ou conflito na narrativa, onde os acontecimentos atingem seu ápice.
- Desfecho (ou resolução): Os conflitos são resolvidos e a narrativa chega ao seu fim, com a situação final dos personagens sendo revelada.

Personagens

Os personagens são os seres que realizam as ações no enredo. Eles podem ser pessoas, animais, seres fictícios ou até mesmo entidades abstratas. Os personagens são fundamentais para a construção da trama, pois são eles que vivenciam os acontecimentos e protagonizam os conflitos.

Tipos de personagens:

- Protagonista: O personagem principal da narrativa, em torno de quem a história se desenrola.
- Antagonista: O personagem ou força que se opõe ao protagonista, gerando conflito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente de Autoridade de Trânsito

COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é a espinha dorsal que organiza, coordena e fiscaliza todas as atividades relacionadas ao trânsito em âmbito nacional. Criado para garantir a segurança, a fluidez e o cumprimento das leis de trânsito, o SNT é fundamental para manter a ordem nas vias, proteger a vida dos cidadãos e assegurar que todos os veículos e condutores estejam em conformidade com a legislação vigente.

Para um agente de trânsito, compreender a coordenação e o funcionamento do SNT é essencial. Isso porque o sistema abrange uma série de normas, diretrizes e órgãos que precisam trabalhar de forma integrada para que a fiscalização, o controle e a educação no trânsito sejam efetivos. É por meio dessa coordenação que se estabelece a padronização de procedimentos e o alinhamento das ações em todo o país, independentemente das diferenças regionais.

O tema da coordenação do SNT é especialmente relevante para o agente de trânsito, pois é ele quem atua na linha de frente, garantindo a aplicação das normas e o respeito às regras de trânsito. Ter um entendimento claro da estrutura e do funcionamento do SNT permite ao agente agir de maneira mais eficaz, garantindo que suas ações estejam em sintonia com as diretrizes nacionais.

Dessa forma, ao longo deste texto, vamos explorar como o SNT é estruturado, os principais órgãos que o compõem, suas funções, e como a coordenação desse sistema impacta diretamente o trabalho do agente de trânsito. Com isso, pretendemos esclarecer a importância do papel do agente dentro desse complexo e essencial sistema, destacando como ele contribui para a segurança e a ordem no trânsito brasileiro.

— Estrutura do Sistema Nacional de Trânsito

O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é composto por uma série de órgãos e entidades que desempenham funções específicas, mas interdependentes, para garantir a segurança, a eficiência e a coordenação das atividades de trânsito em todo o território brasileiro. Essa estrutura é definida pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e visa integrar as ações de fiscalização, educação e controle do trânsito, proporcionando um ambiente mais seguro e organizado para todos os usuários das vias.

Órgãos e Entidades que Compõem o SNT

A estrutura do SNT é formada por diferentes níveis de órgãos, divididos em federais, estaduais e municipais, além de entidades que desempenham funções consultivas, normativas e executivas. Vamos conhecer cada um desses órgãos e entidades:

– **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN):** Órgão máximo normativo e consultivo do SNT, responsável por estabelecer as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, além de regulamentar as normas estabelecidas pelo CTB. O CONTRAN coordena as atividades dos demais órgãos, emitindo resoluções e deliberações que padronizam as ações em todo o país.

– **Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN):** Órgão executivo máximo do SNT, subordinado ao Ministério da Infraestrutura. O DENATRAN é responsável por implementar as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN, além de coordenar e supervisionar os órgãos executivos de trânsito estaduais e municipais. Atua também na emissão de carteiras de habilitação, registros e licenciamento de veículos em âmbito nacional.

– **Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRANs):** São os órgãos executivos estaduais que, em conjunto com o DENATRAN, implementam as políticas e normas de trânsito. Os DETRANs têm a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das leis, além de realizar o registro e licenciamento de veículos e a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em seus respectivos estados.

– **Órgãos Executivos de Trânsito Municipais:** Responsáveis pelo controle e fiscalização do trânsito nas áreas urbanas dos municípios que integram o SNT. Esses órgãos também podem realizar atividades educativas e campanhas de conscientização no trânsito.

– **Polícia Rodoviária Federal (PRF):** Órgão executivo federal que tem a função de fiscalizar o trânsito nas rodovias federais, garantindo a aplicação das normas de trânsito e contribuindo para a segurança viária em todo o país.

– **Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal:** Atuam como órgãos executivos de trânsito nos âmbitos estaduais e do Distrito Federal, fiscalizando e garantindo o cumprimento das leis de trânsito nas rodovias e áreas urbanas sob sua responsabilidade.

– **Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI):** Entidades responsáveis por julgar os recursos apresentados pelos cidadãos contra multas de trânsito aplicadas pelos órgãos fiscalizadores. Cada órgão executivo de trânsito possui a sua JARI.

– **Órgãos de Engenharia de Tráfego e Rodoviários:** São responsáveis por planejar, projetar e executar a sinalização de trânsito, além de realizar estudos de tráfego para melhorar a fluidez e segurança das vias.

Funções de Cada Órgão e Relações Entre Eles

A coordenação e o funcionamento eficaz do SNT dependem da integração e colaboração entre os diversos órgãos que o compõem. Cada órgão exerce funções específicas, mas interligadas, para garantir que o trânsito funcione de maneira ordenada e segura.

– **CONTRAN e DENATRAN:** Enquanto o CONTRAN é responsável pela criação das normas e diretrizes, o DENATRAN atua na execução dessas normas, supervisionando os demais órgãos e garantindo que as diretrizes sejam implementadas corretamente em todo o país.

– **DETRANs e Órgãos Municipais:** Atuam na esfera estadual e municipal, respectivamente, colocando em prática as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN e o DENATRAN, fiscalizando, educando e gerindo o trânsito local.

– **Polícia Rodoviária Federal e Polícias Militares:** Responsáveis por garantir a aplicação das leis de trânsito nas rodovias federais, estaduais e áreas urbanas, atuando diretamente na fiscalização e no controle do tráfego.



– **JARI:** Proporcionam aos condutores a oportunidade de recorrer das infrações que considerem injustas, assegurando um processo de fiscalização mais justo e transparente.

– **Órgãos de Engenharia:** Garantem que as vias estejam devidamente sinalizadas e projetadas, promovendo a segurança e a fluidez do trânsito.

A Importância da Estrutura do SNT para o Agente de Trânsito

Compreender a estrutura do SNT é fundamental para o agente de trânsito, pois esse conhecimento permite que ele compreenda a origem das normas que deve aplicar e as funções dos diversos órgãos com os quais pode interagir no seu dia a dia. Essa visão ampla do sistema facilita a atuação do agente, que passa a enxergar sua função como parte de um todo maior, contribuindo para um trânsito mais seguro e organizado.

Além disso, o agente de trânsito deve saber como as decisões do CONTRAN e as diretrizes do DENATRAN impactam sua atuação nas vias, pois é com base nessas regulamentações que ele orienta condutores, fiscaliza infrações e participa de atividades educativas. Com esse entendimento, o agente de trânsito se torna uma peça-chave na implementação e efetivação das políticas de trânsito, garantindo que as regras sejam respeitadas e que a segurança no trânsito seja priorizada.

– **A Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito**

A coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é um aspecto fundamental para garantir que as políticas e ações relativas ao trânsito sejam implementadas de forma padronizada, eficaz e integrada em todo o território nacional.

Essa coordenação é responsável por garantir a uniformidade das normas, a cooperação entre os diferentes órgãos e a aplicação efetiva das regras de trânsito em todas as esferas – federal, estadual e municipal.

O Papel do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão máximo normativo e consultivo do SNT e, por isso, tem um papel central na coordenação do sistema. A ele compete:

– **Estabelecer as diretrizes da Política Nacional de Trânsito:** O CONTRAN é responsável por definir as principais orientações e metas para a gestão do trânsito em todo o país. Suas diretrizes orientam as ações dos órgãos executivos e servem de base para a elaboração de programas de educação, fiscalização e segurança no trânsito.

– **Normalizar e regulamentar as leis de trânsito:** Embora o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) seja a principal legislação que rege o trânsito no país, o CONTRAN é responsável por editar resoluções e deliberações que detalham, regulamentam e complementam as disposições do CTB, garantindo que as normas sejam claras e adaptadas às diferentes realidades do trânsito brasileiro.

– **Coordenar e harmonizar as ações dos órgãos e entidades que compõem o SNT:** Uma das funções mais importantes do CONTRAN é promover a integração entre os diversos órgãos do sistema. Para isso, o conselho emite orientações e diretrizes que ajudam a alinhar as ações de fiscalização, educação e controle do trânsito.

– **Avaliar e propor medidas para a melhoria do trânsito:** O CONTRAN também exerce um papel de avaliação, revisando constantemente as práticas de trânsito e propondo ajustes e melhorias para garantir um trânsito mais seguro e eficiente.

A Atuação do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)

Enquanto o CONTRAN desempenha a função normativa e consultiva, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) atua como o órgão executivo máximo do SNT. Sua principal responsabilidade é colocar em prática as diretrizes e normas estabelecidas pelo CONTRAN. As atribuições do DENATRAN incluem:

– **Coordenar e supervisionar a execução das políticas de trânsito:** O DENATRAN atua como o elo entre o CONTRAN e os órgãos executivos estaduais e municipais, garantindo que as normas e políticas sejam implementadas de maneira uniforme em todo o país.

– **Desenvolver sistemas e ferramentas de gestão de trânsito:** O DENATRAN é responsável por desenvolver sistemas integrados de informações que auxiliam na fiscalização e no controle do trânsito, como o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (RENACH) e o Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).

– **Promover a educação para o trânsito:** O DENATRAN tem um papel importante na promoção de campanhas educativas e na disseminação de informações que visam conscientizar os condutores e pedestres sobre a importância do respeito às regras de trânsito.

– **Apoiar os órgãos estaduais e municipais:** Oferece suporte técnico e logístico para os DETRANs e demais órgãos executivos de trânsito, auxiliando na implementação de projetos e ações que visam melhorar a segurança e a fluidez do trânsito.

A Interação dos Demais Órgãos e Entidades do SNT na Coordenação

A coordenação do SNT não é responsabilidade exclusiva do CONTRAN e do DENATRAN; ela envolve a colaboração de todos os órgãos que compõem o sistema, incluindo os DETRANs, as polícias rodoviárias e militares, e os órgãos municipais de trânsito. Essa interação é essencial para que as normas de trânsito sejam aplicadas de forma eficiente em todo o país.

– **Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRANs):** Atuam em consonância com o DENATRAN e o CONTRAN, adaptando as diretrizes nacionais para a realidade de cada estado. Os DETRANs têm a função de fiscalizar, educar e gerenciar o trânsito em suas respectivas jurisdições, contribuindo para a implementação das políticas de trânsito em âmbito estadual.

– **Órgãos Municipais de Trânsito:** São responsáveis por adaptar e aplicar as normas de trânsito nas áreas urbanas dos municípios, levando em consideração as particularidades de cada região. Essa atuação local é importante para garantir que as ações de trânsito sejam adequadas às características e demandas específicas de cada município.

– **Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícias Militares:** A PRF atua na fiscalização das rodovias federais, enquanto as Polícias Militares têm a responsabilidade de fiscalizar o trânsito nas rodovias estaduais e áreas urbanas. A atuação desses órgãos é fundamental para garantir o cumprimento das normas e a segurança nas vias.

A Importância da Coordenação para o Funcionamento do SNT

A coordenação eficiente do SNT é crucial para a padronização e uniformidade das ações de trânsito em todo o país. Essa coordenação garante que as leis e normas de trânsito sejam interpretadas e aplicadas da mesma maneira em diferentes regiões, promovendo um trânsito mais justo e seguro para todos.



– **Uniformidade nas Ações de Fiscalização:** A coordenação do SNT assegura que a fiscalização do trânsito siga os mesmos critérios em todo o território nacional, evitando disparidades na aplicação das leis e garantindo que todos os cidadãos sejam tratados de forma equitativa.

– **Integração de Sistemas de Informação:** A coordenação facilita a integração de sistemas e bancos de dados, como o RENAVAM e o RENACH, permitindo que informações sobre condutores, infrações e veículos sejam compartilhadas de maneira eficaz entre os diversos órgãos.

– **Campanhas Educativas Padronizadas:** A coordenação do SNT também é importante para a promoção de campanhas educativas e de conscientização que sejam coerentes em todo o país, garantindo que a mensagem sobre a importância da segurança no trânsito seja transmitida de forma clara e uniforme a todos os cidadãos.

O Papel do Agente de Trânsito na Coordenação do SNT

O agente de trânsito é um dos principais atores na implementação das políticas e diretrizes do SNT. Sua atuação direta nas vias públicas faz com que ele seja responsável por colocar em prática as normas e orientações emanadas pelos órgãos que compõem o sistema. Para o agente de trânsito, compreender a estrutura e a coordenação do SNT é essencial para que ele possa:

– **Aplicar as Normas de Forma Coerente e Eficaz:** Conhecer as resoluções do CONTRAN e as orientações do DENATRAN permite que o agente de trânsito atue de acordo com os padrões nacionais, evitando interpretações incorretas das leis de trânsito.

– **Integrar-se aos Diferentes Níveis do SNT:** O agente de trânsito muitas vezes precisa interagir com órgãos de trânsito em diferentes níveis, como o DETRAN ou a Polícia Rodoviária Federal, e a compreensão da coordenação do SNT facilita essa integração e cooperação.

A coordenação do Sistema Nacional de Trânsito é, portanto, um mecanismo vital para garantir a eficiência e a segurança no trânsito em todo o país. Ela possibilita que as ações sejam realizadas de forma integrada, coerente e eficaz, proporcionando um ambiente viário mais seguro e organizado para todos os usuários.

Funções do Agente de Trânsito no Contexto do SNT

O agente de trânsito é a peça-chave na execução das políticas e normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Sua função vai muito além da fiscalização e atuação de infrações; ele é um elo direto entre o cidadão e a legislação de trânsito, sendo responsável por garantir que as normas sejam cumpridas, orientando e educando os usuários das vias para um trânsito mais seguro e eficiente.

Responsabilidades e Atribuições do Agente de Trânsito

Os agentes de trânsito desempenham várias funções, que vão desde a fiscalização até a execução de ações educativas. As principais responsabilidades e atribuições do agente de trânsito dentro do contexto do SNT incluem:

– **Fiscalização do Trânsito:** A função primordial do agente de trânsito é garantir o cumprimento das leis de trânsito, verificando se condutores e pedestres estão respeitando as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelas resoluções do CONTRAN. Eles têm a autoridade para autuar e aplicar multas em caso de infrações, além de efetuar a apreensão de veículos quando necessário.

– **Orientação e Educação de Condutores e Pedestres:** Além de fiscalizar, o agente de trânsito tem um papel educador, orientando os cidadãos sobre a maneira correta de agir nas vias e sobre a importância do respeito às normas de trânsito. Essa função é especialmente importante em campanhas educativas e ações preventivas, que visam conscientizar a população sobre práticas seguras no trânsito.

– **Controle do Fluxo de Trânsito:** Em situações de congestionamento, acidentes ou eventos que afetam o tráfego, o agente de trânsito é responsável por controlar e direcionar o fluxo de veículos, garantindo a segurança e a fluidez nas vias. Essa função é essencial para evitar acidentes e melhorar a mobilidade urbana.

– **Atendimento em Casos de Acidentes:** O agente de trânsito é um dos primeiros a chegar ao local de acidentes de trânsito, e sua atuação é fundamental para a segurança das vítimas e a organização do trânsito no local. Ele deve adotar medidas para sinalizar o local, orientar os condutores e pedestres, e, quando necessário, acionar os serviços de emergência.

– **Participação em Processos de Fiscalização Eletrônica:** Com a crescente adoção de tecnologias de fiscalização, como radares e câmeras de monitoramento, o agente de trânsito também desempenha um papel importante na verificação e validação das infrações registradas por esses sistemas, garantindo que as autuações sejam realizadas de acordo com a legislação.

– **Atuação em Conjunto com Outros Órgãos:** O agente de trânsito deve estar preparado para trabalhar em parceria com outros órgãos e entidades do SNT, como a Polícia Rodoviária Federal, DETRANs e órgãos municipais de trânsito. Essa cooperação é essencial para garantir uma fiscalização eficaz e a aplicação uniforme das normas de trânsito.

Como a Coordenação do SNT Impacta as Atividades do Agente de Trânsito

A coordenação do Sistema Nacional de Trânsito tem um impacto direto nas atividades e na atuação do agente de trânsito. A integração e a padronização das ações em nível nacional garantem que o agente de trânsito saiba exatamente quais normas e procedimentos deve seguir, independentemente da região em que esteja atuando. Alguns dos principais impactos incluem:

– **Uniformidade na Aplicação das Normas:** A coordenação do SNT estabelece diretrizes e resoluções que padronizam a forma como as infrações devem ser identificadas e autuadas. Isso significa que um agente de trânsito de uma cidade pequena deve agir da mesma forma que um agente que atua em uma grande metrópole, assegurando que a aplicação das leis de trânsito seja justa e coerente em todo o país.

– **Atualização e Treinamento Constante:** Como o CONTRAN emite resoluções e deliberações de forma contínua, o agente de trânsito deve estar em constante processo de atualização e treinamento. Esse aspecto é essencial para que ele possa exercer suas funções com precisão e de acordo com as regulamentações mais recentes. A coordenação do SNT, portanto, exige que os agentes sejam bem informados e qualificados.

– **Integração e Colaboração com Outros Órgãos:** A coordenação do SNT facilita a interação entre os diversos órgãos e entidades que compõem o sistema. Para o agente de trânsito, isso significa que ele deve estar preparado para atuar em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, DETRANs, órgãos municipais e até mesmo com órgãos de engenharia de tráfego, de forma a garantir que as ações de fiscalização sejam efetivas e integradas.

O Papel do Agente de Trânsito na Educação para o Trânsito

Uma das funções mais importantes do agente de trânsito no contexto do SNT é a educação para o trânsito. Embora a fiscalização seja um aspecto essencial, a conscientização dos condutores e pedestres é fundamental para criar uma cultura de respeito e segurança no trânsito. O agente de trânsito tem a oportunidade de:

– **Conduzir Campanhas Educativas:** Participar de ações e campanhas educativas em escolas, empresas e comunidades, disseminando informações sobre a importância do respeito às leis de trânsito, o uso do cinto de segurança, os perigos de dirigir sob o efeito de álcool, entre outros temas relevantes.

– **Orientar em Situações Cotidianas:** Ao abordar um condutor para informar sobre uma infração ou orientar o trânsito em uma via, o agente de trânsito também está educando. Essas interações diárias são oportunidades de conscientização e de promover um comportamento mais responsável no trânsito.

A Fiscalização como Instrumento de Prevenção e Segurança

A fiscalização desempenhada pelo agente de trânsito vai além da simples aplicação de multas. Ela é um instrumento fundamental para prevenir acidentes e promover a segurança nas vias. Ao realizar abordagens, verificar documentos, monitorar o uso do cinto de segurança e controlar o excesso de velocidade, o agente de trânsito contribui diretamente para a redução de comportamentos de risco e a prevenção de acidentes.

Desafios Enfrentados pelo Agente de Trânsito

A atuação do agente de trânsito no contexto do SNT apresenta diversos desafios, como:

– **Lidar com Condutores Desinformados ou Relutantes:** Muitas vezes, os agentes de trânsito enfrentam resistência ou falta de compreensão por parte dos condutores. Saber como agir de forma educada, mas firme, é crucial para garantir o cumprimento das normas.

– **Adaptação a Diferentes Realidades:** Cada região do país tem suas particularidades, e o agente de trânsito precisa estar preparado para atuar em contextos variados, seja em áreas urbanas densas ou em regiões rurais, respeitando as especificidades de cada localidade.

– **Atualização Constante:** As mudanças nas resoluções do CONTRAN e a evolução das tecnologias de fiscalização exigem que o agente de trânsito esteja sempre atualizado e bem treinado.

Contribuição do Agente de Trânsito para a Efetividade do SNT

O trabalho do agente de trânsito é crucial para a efetivação do SNT, pois ele representa a autoridade do sistema nas ruas e avenidas, sendo o responsável por transformar as diretrizes e normas em ações concretas. Ao aplicar as leis de trânsito com justiça e coerência, orientar os cidadãos e atuar de forma preventiva, o agente de trânsito assegura que o SNT funcione de maneira eficaz e cumpra seu objetivo de garantir a segurança e a ordem no trânsito.

A compreensão do papel e das funções do agente de trânsito dentro do contexto do SNT é, portanto, fundamental para o sucesso das políticas de trânsito e para a promoção de um ambiente viário mais seguro para todos.

— Desafios e Práticas na Coordenação do SNT

A coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é uma tarefa complexa que enfrenta diversos desafios, dada a amplitude do sistema e a diversidade do território brasileiro. A integração dos órgãos em diferentes níveis de governo, a atualização constante

das normas e a adaptação às particularidades regionais são apenas alguns dos elementos que tornam a coordenação do SNT uma missão desafiadora. No entanto, ao mesmo tempo, existem práticas eficazes que têm sido desenvolvidas para superar esses desafios e garantir um trânsito mais seguro e organizado.

Principais Desafios na Coordenação do SNT

A coordenação do SNT enfrenta uma série de desafios que afetam diretamente a eficácia da fiscalização, educação e segurança no trânsito:

– **Diversidade Regional e Descentralização das Ações:** O Brasil é um país de dimensões continentais, com diferenças culturais, socioeconômicas e geográficas. Cada região tem suas particularidades no que diz respeito ao trânsito, o que torna desafiador implementar políticas e normas que sejam igualmente eficazes em todos os contextos. A descentralização das ações, com a atuação de órgãos estaduais e municipais, pode resultar em interpretações e aplicações diferentes das normas, gerando inconsistências na fiscalização e nas práticas de trânsito.

– **Atualização e Padronização das Normas:** A legislação de trânsito é constantemente atualizada para se adaptar às novas realidades, como o avanço da tecnologia e o surgimento de novos tipos de veículos. Manter todos os órgãos e agentes de trânsito atualizados e garantir a padronização das ações em todo o país é um desafio contínuo, pois envolve a disseminação de informações e treinamentos regulares.

– **Falta de Integração e Compartilhamento de Dados:** A coordenação eficaz do SNT depende de uma comunicação e integração eficientes entre os diversos órgãos. No entanto, a falta de sistemas integrados para o compartilhamento de dados e informações pode dificultar a fiscalização e a aplicação de multas, além de prejudicar o planejamento de ações de segurança e educação no trânsito.

– **Recursos Limitados e Infraestrutura Precária:** Muitos órgãos executivos de trânsito, especialmente em municípios menores, enfrentam a falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para executar suas funções de maneira eficaz. Isso pode comprometer a fiscalização, a sinalização e a implementação de campanhas educativas, prejudicando a coordenação do sistema como um todo.

– **Resistência à Fiscalização e à Mudança de Comportamento:** Um dos maiores desafios é a resistência de condutores e pedestres à fiscalização e à adoção de comportamentos seguros no trânsito. A falta de conscientização e o desrespeito às normas de trânsito dificultam a aplicação das leis e a promoção de um ambiente viário mais seguro.

Práticas para Melhorar a Coordenação e Eficiência do SNT

Para superar esses desafios, diversas práticas têm sido implementadas com o objetivo de melhorar a coordenação e a eficiência do SNT:

– **Criação de Sistemas Integrados de Informações:** A implementação de sistemas integrados, como o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF) e o Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), tem contribuído para o compartilhamento de dados entre os órgãos do SNT. Isso permite uma fiscalização mais eficaz, a emissão de multas em diferentes regiões e o monitoramento de condutores e veículos de maneira integrada.

– **Capacitação e Treinamento Contínuos:** Investir na capacitação e no treinamento dos agentes de trânsito é fundamental para que eles estejam atualizados em relação às resoluções do CONTRAN



CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INFORMÁTICA: TIPOS DE COMPUTADORES, CONCEITOS DE HARDWARE E DE SOFTWARE, INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.²

1 <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-inter-nos-pc-perifericos-hardware-software/#::~:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

2 <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax->

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU.³

Coolers

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.

-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546

3 <https://www.showmetech.com.br/porque-o-processador-e-uma-peca-importante>



Cooler.⁴

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe.⁵

Fonte

É responsável por fornecer energia às partes que compõe um computador, de forma eficiente e protegendo as peças de surtos de energia.



Fonte ⁶

Placas de vídeo

Permitem que os resultados numéricos dos cálculos de um processador sejam traduzidos em imagens e gráficos para aparecer em um monitor.



Placa de vídeo ⁷

Periféricos de entrada, saída e armazenamento

São placas ou aparelhos que recebem ou enviam informações para o computador. São classificados em:

– **Periféricos de entrada:** são aqueles que enviam informações para o computador. Ex.: teclado, mouse, scanner, microfone, etc.

4 <https://www.terabyteshop.com.br/produto/10546/cooler-deepcool-gammax-c40-dp-mch4-gmx-c40p-intelam4-ryzen>

5 <https://www.terabyteshop.com.br/produto/9640/placa-mae-biostar-b360mhd-pro-ddr4-lga-1151>

6 <https://www.magazineluiza.com.br/fonte-atx-alimentacao-pc-230w-01001-xway/p/dh97g572hc/in/ftpc>

7 <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/12/conheca-melhores-placas-de-video-lancadas-em-2012.html>



Periféricos de entrada.⁸

– **Periféricos de saída:** São aqueles que recebem informações do computador. Ex.: monitor, impressora, caixas de som.



Periféricos de saída.⁹

– **Periféricos de entrada e saída:** são aqueles que enviam e recebem informações para/do computador. Ex.: monitor touchscreen, drive de CD – DVD, HD externo, pen drive, impressora multifuncional, etc.



⁸<https://mind42.com/public/970058ba-a8f4-451b-b121-3ba-35c51e1e7>

⁹ <https://aprendafazer.net/o-que-sao-os-perifericos-de-saida-para-que-servem-e-que-tipos-existem>

Periféricos de entrada e saída.¹⁰

– **Periféricos de armazenamento:** são aqueles que armazenam informações. Ex.: pen drive, cartão de memória, HD externo, etc.



Periféricos de armazenamento.¹¹

Software

Software é um agrupamento de comandos escritos em uma linguagem de programação¹². Estes comandos, ou instruções, criam as ações dentro do programa, e permitem seu funcionamento.

Um software, ou programa, consiste em informações que podem ser lidas pelo computador, assim como seu conteúdo audiovisual, dados e componentes em geral. Para proteger os direitos do criador do programa, foi criada a licença de uso. Todos estes componentes do programa fazem parte da licença.

A licença é o que garante o direito autoral do criador ou distribuidor do programa. A licença é um grupo de regras estipuladas pelo criador/distribuidor do programa, definindo tudo que é ou não é permitido no uso do software em questão.

Os softwares podem ser classificados em:

– **Software de Sistema:** o software de sistema é constituído pelos sistemas operacionais (S.O). Estes S.O que auxiliam o usuário, para passar os comandos para o computador. Ele interpreta nossas ações e transforma os dados em códigos binários, que podem ser processados

– **Software Aplicativo:** este tipo de software é, basicamente, os programas utilizados para aplicações dentro do S.O., que não estejam ligados com o funcionamento do mesmo. Exemplos: Word, Excel, Paint, Bloco de notas, Calculadora.

– **Software de Programação:** são softwares usados para criar outros programas, a partir de uma linguagem de programação, como Java, PHP, Pascal, C+, C++, entre outras.

– **Software de Tutorial:** são programas que auxiliam o usuário de outro programa, ou ensine a fazer algo sobre determinado assunto.

– **Software de Jogos:** são softwares usados para o lazer, com vários tipos de recursos.

– **Software Aberto:** é qualquer dos softwares acima, que tenha o código fonte disponível para qualquer pessoa.

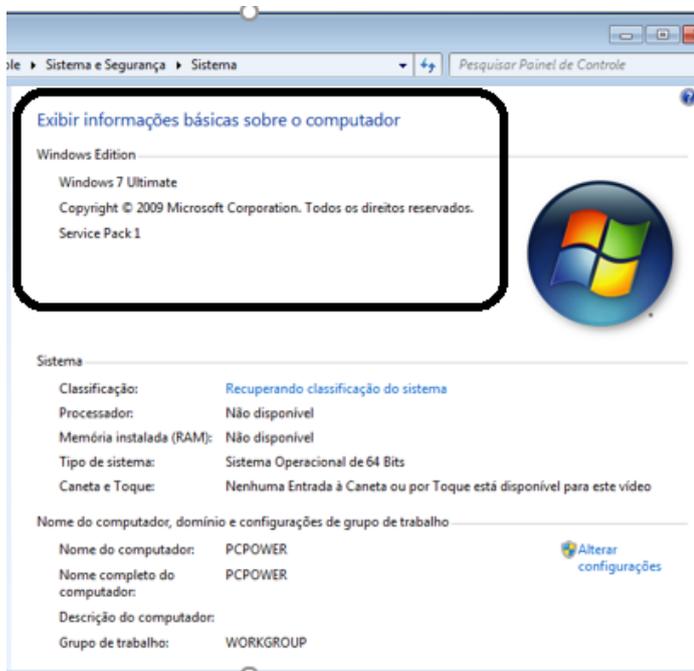
¹⁰ <https://almeida3.webnode.pt/trabalhos-de-tic/dispositivos-de-entrada-e-saida>

¹¹ <https://www.slideshare.net/contatoharpa/perifericos-4041411>
¹² <http://www.itvale.com.br>

Todos estes tipos de software evoluem muito todos os dias. Sempre estão sendo lançados novos sistemas operacionais, novos games, e novos aplicativos para facilitar ou entreter a vida das pessoas que utilizam o computador.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE OPERAÇÃO COM ARQUIVOS EM AMBIENTES WINDOWS (VERSÕES 7 EM DIANTE) E LINUX; CONCEITOS DE GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS: COPIAR, COLAR, CRIAR DIRETÓRIOS E MOVER; UTILIZAÇÃO DO WINDOWS EXPLORER

WINDOWS 7

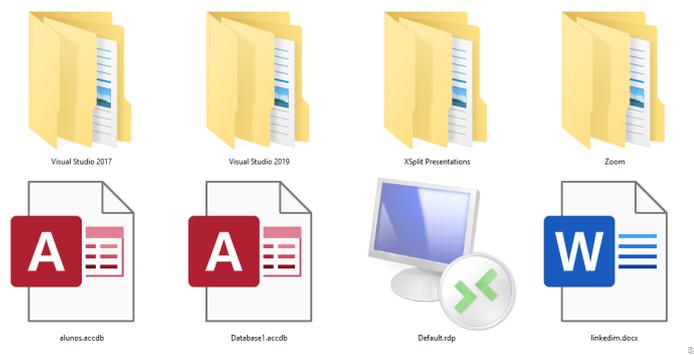


Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

• **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.

• **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.

